

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Projeto elétrico	2
Título: Poder em jogo.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Nota.....	4
Título: A nova equipe de governo	4
Título: Ações da Eletrobrás caem com mudanças no Ministério.....	6
Título: Área técnica da CVM mantém decisão sobre CPFL	7
Título: Notas	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Só na lábia	10
Título: Ações da Eletrobrás despencam com indicação de Moreira para ministério	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Seguro morreu de velho	12
Título: Onde mora o perigo II	14
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Debandada de técnicos no MME desagrade e aumenta a descrença sobre privatização	14
Título: Eletrobrás é prioridade número 1, afirma Félix.....	16
Título: Reforma e solução de risco hidrológico devem ser adiados	17
Título: Setor teme loteamento político na Aneel.....	18
Título: ANP estuda relançar ainda neste ano licitação de concessão de gasoduto no Rio.....	19
Título: Temer dá posse a dez ministros e tem duas pendências a resolver.....	20
Título: Após queda no Brasil, Schneider vê retomada no país-chave da região.....	22

Título: Destaques	24
Título: Caso CPFL definirá poder da CVM em OPA.....	24
Título: Ex-diretor diz que é dever da autarquia rever cálculo.....	27
Título: Norsk Hydro critica autoridades com base em novo laudo.....	28
Título: Comunidades do entorno das indústrias têm altos níveis de metais pesados.....	30
Título: Posição de Barcarena em saneamento é uma das piores do país, diz Abes	32
Título: Brasil defende etanol na União Europeia	33

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Projeto elétrico

A privatização da Eletrobras está cada vez mais difícil. É isso que se ouve dentro do próprio governo. É questão técnica, complexa, exige vários passos prévios e o mais complicado é aprovar duas medidas no Congresso, sem as quais não se pode fazer a operação. A mudança no **Ministério das Minas e Energia** não favorece, porque a troca fez sair o secretário-executivo que cuidava dos aspectos técnicos.

Paulo Pedrosa organizava dentro do Ministério as medidas que precisam acontecer para se fazer esse aumento de capital que levará à privatização. Havia expectativa de que ele assumisse. Teria sido a melhor escolha. Mas o governo nomeou para lá o ministro Moreira Franco.

Eu fiz um comentário sobre isso na "CBN" dizendo que a privatização ficou mais distante. A resposta do Palácio do Planalto foi meio destemperada. Disse que meu comentário era "antidemocrático, obtuso e incoerente". Esse governo nem deveria usar tais adjetivos. Até porque eles, na verdade, caem como uma luva sobre o próprio governo.

Os problemas se acumulam. Em um mês o valor de mercado da Eletrobras encolheu 22%, porque está aumentando a dúvida sobre a privatização. Para que ela ocorra é preciso aprovar neste primeiro semestre no Congresso a possibilidade de o governo não acompanhar um aumento de capital da Eletrobras. Hoje, ele é obrigado por lei a acompanhar. Tem que ser aprovada também a mudança nas concessões de algumas usinas do regime de cotas para o de produção independente.

A Eletrobras, depois disso, terá que fazer duas cisões: separar a Itaipu e a Eletronuclear, que hoje são parte da estatal brasileira. Outra condição prévia é a venda de seis distribuidoras que estão sendo oferecidas a um preço simbólico. Antes de vender a Distribuição Amazonas será preciso fazer uma cisão separando a parte de geração. Para que essa operação se complete, a Petrobras tem que concordar com a cessão do contrato de fornecimento de gás. A Petrobras só aceita se a Eletrobras pagar o que lhe deve: uma conta de R\$ 20 bilhões.

No setor elétrico, o receio é que Temer abra mão do projeto em troca de apoio político. A Eletrobras divulgou no mês passado o seu balanço de 2017 e os números impressionam. Os prejuízos são bilionários, os investimentos estão em forte queda e, sem novos aportes do Tesouro, ela ficará incapacitada de rolar sua dívida.

A grande vantagem em todo esse processo é que a empresa continua sendo administrada por um gestor eficiente. Wilson Ferreira tem mandato até o ano que vem e agilidade para resolver as inúmeras pendências que dependem da empresa. O problema é o que depende do Congresso. O governo perdeu a força para conduzir a agenda. Só nos últimos dias, caducou a MP que elevava o imposto dos fundos exclusivos e a bancada ruralista impôs uma derrota bilionária ao Tesouro.

A Eletrobras controla um terço da geração de energia e metade das linhas de transmissão do país. É uma empresa gigante, a maior investidora do setor elétrico brasileiro, mas também a mais endividada. A dívida de R\$ 48 bilhões supera o seu patrimônio líquido (R\$ 42 bilhões) e corresponde a quase nove anos de geração de caixa. Se fosse privada já teria quebrado.

A companhia nunca foi uma grande geradora de lucros, mas desde a promulgação da MP 579, em 2012, pela presidente Dilma, os prejuízos se tornaram constantes. De lá para cá, são R\$ 29 bilhões de perdas. Com isso, os investimentos despencaram, segundo a consultoria Economática. Se em 2012 chegou a R\$ 15 bilhões, em 2017 caiu para R\$ 3,7 bi.

A empresa fechou o ano passado com um prejuízo de R\$ 1,7 bilhão e o que ajudou a colocar o número no vermelho foi uma baixa contábil de R\$ 11,2 bilhões na usina nuclear de Angra 3. Como a obra foi embargada em 2015, por suspeitas de corrupção, a companhia é obrigada a declarar como prejuízo o valor investido. A usina é um problema ainda sem solução. Está 63% pronta. A energia nuclear é cara e controversa. Há quem no governo deteste a ideia de retomar essa construção.

O tema é complicado, o novo ministro já cuidava da privatização, e é da intimidade do Planalto, mas este é um momento em que o foco do governo é conseguir apoio político para o candidato governista. Seja ele qual for.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Página 2 / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em jogo

Fator Minas

A privatização da Eletrobras, que patina na Câmara há mais de um mês, sofre um revés com a nomeação de **Moreira Franco** para **ministro de Minas e Energia**. Ele tem péssima interlocução no Congresso, e sua escolha bombardeou a indicação da bancada mineira para o cargo, do deputado e ex-ministro da Saúde Saraiva Felipe (PMDB). Minas é o maior foco de resistência à privatização.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Andreza Matais

Título: Nota

» Ameaça.

Deputados do MDB de Minas ameaçam votar contra a privatização do setor elétrico por não ter conseguido emplacar Saraiva Felipe na pasta **de Minas e Energia**. A vaga ficou com Moreira Franco.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: A nova equipe de governo

Com a posse de nove novos ministros de Estado, que substituem os que deixaram o cargo em razão de suas pretensões eleitorais ou para permitir arranjos técnicos e políticos do governo, o presidente Michel Temer tem pronta a equipe com a qual completará os pouco menos de nove meses que lhe restam de mandato.

Apesar de ser relativamente curto, este será um “momento difícil”, admitiu o presidente, ao dar posse ao novo presidente do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira, que deixou o Ministério do Planejamento. Espera-se que os novos auxiliares diretos do presidente, parte dos quais desconhecida do público, tenham o conhecimento necessário da área na qual atuarão e, sobretudo, sejam rigorosos com o austero uso dos recursos públicos postos à sua disposição.

Todo rigor será pouco, porque o governo não aguenta novos escândalos nem o País está mais disposto a tolerá-los. Na semana passada, o presidente exonerou, além de Dyogo Oliveira, os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles; da Educação, Mendonça Filho; **de Minas e Energia**, Fernando Coelho Filho; de Desenvolvimento Social, Osmar Terra; do Esporte, Leonardo Picciani; do Meio Ambiente, José Sarney Filho; do Turismo, Marx Beltrão; e da Integração Nacional, Helder Barbalho.

Também deixaram seus cargos os presidentes dos Correios, Guilherme Campos Júnior; do Banco da Amazônia, Marivaldo Gonçalves de Melo; e do BNDES, Paulo Rabello de Castro. Também será substituído o diretor-geral da Itaipu Binacional, Luiz Fernando Leone de Viana. Os exonerados, com poucas exceções (como Dyogo Oliveira), pretendem disputar cargos eletivos em outubro.

Em seu discurso de posse no BNDES, Oliveira deu indicações do que pretende fazer no cargo. São propostas baseadas em princípios que deveriam se estender a todo o setor público, como “velocidade de resolver e implementar”, “dinamizar com muita qualidade e transparência tudo o que é feito”. Oliveira não pretende, com isso, fazer grandes mudanças em relação às ações em andamento na instituição, mesmo porque o tempo de que disporá é exíguo.

Procurará, isto sim, fortalecer uma das principais linhas de atuação do banco, que é o financiamento da infraestrutura do País, por meio de dinamização de instrumentos já disponíveis. Da mesma forma, espera-se que o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia – que ocupava a secretaria executiva do Ministério na gestão de Meirelles –, preserve os pontos básicos da política econômica, como o rigor na gestão das finanças federais.

Uma importante tarefa já o aguarda, que é a elaboração do Orçamento da União de 2019, tarefa que executará com a colaboração do novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, que, como seu novo colega da Fazenda, tem perfil marcadamente técnico.

Com o estreitamento da parcela de gastos do Orçamento passível de cortes, em razão do aumento das chamadas despesas obrigatórias, a nova equipe terá dificuldade para cumprir as exigências legais, especialmente a chamada “regra de ouro”, norma que impede o governo de contrair dívida para pagar despesas correntes, como a folha de pessoal.

Não se conhece com profundidade a formação de boa parte dos demais novos integrantes da equipe ministerial. Em razão de este ser um ano eleitoral, e marcado por episódios não corriqueiros – como a inédita prisão de um ex-presidente da República condenado por prática de crime comum –, certamente serão fortes as pressões por destinação de recursos para áreas de interesse da base de apoio do governo.

É nesses momentos que precisa se impor uma boa administração, marcada por seriedade, responsabilidade fiscal e competência técnica. Há, no entanto, sinais que preocupam. A demissão, a pedido, do secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, pode tornar mais lento o processo de privatização da Eletrobrás, do qual ele era o grande estimulador dentro do governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet, Lu Aiko Otta, Fabiana Holtz E Wagner Gomes

Título: Ações da Eletrobrás caem com mudanças no Ministério

Prestes a assumir a pasta de **Minas e Energia**, **Moreira Franco** tenta acalmar o mercado sobre privatização.

As ações da Eletrobrás caíram ontem pelo segundo dia consecutivo, num sinal de que o mercado desconfia dos rumos do programa de privatização, apesar das afirmações do futuro ministro de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco, de que nada mudará. A saída do ex-secretário executivo da pasta Paulo Pedrosa, um nome da preferência do setor, ocorrida na sexta-feira, ainda alimenta temores sobre o rumo das políticas da pasta. Eles foram reforçados ontem pelo pedido de demissão do presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE), Luiz Barroso.

No esforço de mostrar que haverá continuidade, Moreira Franco disse ao Estado que escolheu Márcio Félix, atual secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, para ser seu secretário executivo. Ele integrava a equipe do ex-ministro Fernando Coelho Filho e tem uma atuação bem avaliada pelo setor.

A informação, dada no início da tarde, não evitou que as ações da estatal terminassem o dia em queda. Os papéis com direito a voto tiveram redução de 9,56%, para R\$ 18,36, enquanto as ações preferenciais perderam 6,74%, para R\$ 22,01. Na última sexta-feira, as ações ordinárias já tinham tido queda de 9,17% e as preferenciais, de R\$ 8,17%. Segundo analistas, há preocupação com as dificuldades que o governo vem enfrentando no processo.

As regras para a privatização ainda dependem de aprovação do Congresso Nacional, onde até a base governista reluta em discutir o assunto. Além disso, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler levantou dúvidas quanto à constitucionalidade da operação. Já o projeto de lei sobre a reforma no marco regulatório, que também contém temas que dão suporte à privatização, sequer saiu da Casa Civil.

Executivos do setor elétrico estão preocupados com o futuro da agenda setorial. O receio é que, com baixas de nomes técnicos, seja formado um time "mais político". Um executivo que pediu anonimato se disse frustrado pelo fato de não ter sido adotada, no Minas e Energia, a sucessão por técnicos da pasta como ocorreu, por exemplo, na Fazenda e no Planejamento, onde os secretários executivos assumiram o comando dos ministérios.

Para se contrapor a essas avaliações, Moreira Franco disse ontem que a privatização da Eletrobrás foi viabilizada pela atuação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que ele comanda. O PPI coordena as privatizações e concessões do governo de Michel Temer. A dúvida do mercado é se, mesmo com essas credenciais, ele comprará brigas políticas para seguir com o programa. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Área técnica da CVM mantém decisão sobre CPFL

No relatório encaminhado ao Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a área técnica da autarquia manteve a decisão de elevar o preço da oferta pública de ações da CPFL Renováveis para no mínimo R\$ 16,69 (ante R\$ 12,20 ofertado pela chinesa State Grid). O assunto deverá ser julgado na reunião do colegiado, possivelmente na próxima semana.

A briga bilionária entre a gigante State Grid e os minoritários da CPFL Renováveis, representados por grandes investidores, como Pátria e BTG, intensificou-se em fevereiro, quando a CVM recusou a oferta da chinesa e sugeriu uma nova faixa de preço. A empresa asiática recorreu da decisão no dia 7 de março e, no dia 21, o processo foi encaminhado ao Colegiado com recomendação para manter a decisão da área técnica. No relatório, ao qual o Estado teve acesso, os técnicos rebatem todas as informações referentes aos cálculos do preço das ações constantes no laudo de avaliação.

Em determinado trecho, a State Grid destaca que os técnicos discordaram das premissas de avaliação, mas que não demonstraram erros técnicos ou

inconsistência por parte do avaliador, o que tornariam o relatório inútil. Os técnicos da CVM responderam que o laudo, nesse caso, "não vincula as conclusões da autarquia" sobre a demonstração de cálculo de preço. Ou seja, o órgão não precisa considerar o laudo para sua definição, apesar de o documento ser exigido dentro do processo.

A área técnica concluiu que o laudo não continha premissas razoáveis e, por isso, a decisão foi embasada nas competências do corpo técnico. Em nota à reportagem, semanas atrás, a State Grid afirmou que "cumpru rigorosamente as normas locais e acompanhou cada passo do processo com transparência, boa fé e respeito com todos os acionistas". A CPFL Renováveis disse que, por ser "objeto da transação" não iria se pronunciar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Notas

» Sem moleza.

Um grupo de acionistas minoritários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) teve frustrada, mais uma vez, a tentativa de indicar um nome para concorrer a um assento no Conselho de Administração da empresa. Dessa vez, a luta foi para incluir no boletim de voto a distância (ferramenta utilizada para os acionistas que não votarão presencialmente) a indicação de Bruno Bastit, consultor especializado em investimento sustentável e governança corporativa, mas o movimento foi barrado pela companhia. A justificativa foi de que na ordem do dia da Assembleia de acionistas deste ano, marcada para o dia 27 deste mês, não consta a eleição de membros do conselho, visto que, na assembleia do ano passado, o conselho já foi eleito e tem mandato até 2019.

» Muro.

O jogo na CSN para os minoritários não tem sido fácil. No ano passado, o mesmo grupo tentou colocar na disputa para o conselho de administração o nome de Roberto Faldini, especialista em governança corporativa. Houve ainda outros candidatos que, no entanto, não foram incluídos no boletim. O assunto foi objeto de reclamação junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

» Ao menos.

Não sem briga, o mesmo grupo conseguiu colocar no boletim o nome de Susana Jabra para concorrer a uma vaga no Conselho Fiscal, que ainda precisa de aval

na Assembleia para ser instalado, como deseja esse grupo de investidores. Procurada, a CSN não respondeu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: André Borges

Título: Hydro recua e agora nega contaminação de área no PA

A contaminação do solo e de águas na região de Barcarena, no Pará, se transformou em uma guerra de informações. Depois de reconhecer publicamente que sua fábrica de alumínio Hydro Alunorte, no Brasil, derramou água sem tratamento no Rio Pará, o maior da região, o grupo norueguês Norsk Hydro informou ontem que estudos contratados pela empresa “confirmam que não existe indicação de contaminação proveniente da Alunorte após chuvas”.

Ao divulgar resultados de estudos contratados da consultoria ambiental SGW Services, a empresa declarou que “os relatórios confirmam nossas declarações anteriores de que não houve transbordo das áreas dos depósitos de resíduos de bauxita”.

“Também não há indicação ou evidência de contaminação nas comunidades próximas da refinaria em consequência das fortes chuvas de fevereiro”, informou o diretor executivo da empresa Svein Richard Brandtzaeg, por meio de nota. É exatamente o contrário do que Brandtzaeg havia dito no dia 19 de março.

Após negar diversas vezes a responsabilidade pelas contaminações, o executivo pediu desculpas pelo ocorrido. “Derramamos água de chuva e de superfície não tratada no Rio Pará. É totalmente inaceitável e rompe com o que a Hydro representa. Em nome da empresa, peço desculpas diretamente às comunidades, às autoridades e à sociedade”, disse, na ocasião.

Ontem, Brandtzaeg declarou que as principais conclusões da SGW Services são de que não houve transbordo das áreas de depósitos de resíduos de bauxita da Alunorte. Aponta ainda que “não há evidências de que a Alunorte contaminou as comunidades locais de Barcarena” nem “indícios de qualquer impacto ambiental significativo ou duradouro nos rios próximos”.

A Hydro Alunorte é a maior produtora de alumínio do mundo, com 5,8 milhões de toneladas anuais de alumina.

Multas.

Autoridades brasileiras afirmam que a empresa contaminou a água do município de Barcarena no norte do Pará, a 25 quilômetros de Belém, onde se situa a fábrica, por três dutos e canais clandestinos, com resíduos de bauxita que teriam transbordado do depósito da empresa depois de fortes chuvas nos dias 16 e 17 de fevereiro.

O governo brasileiro aplicou ao grupo norueguês, em fevereiro, duas multas – de R\$ 10 milhões cada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Daniela Lima****Título: Só na lábia****Painel**

Defensores da privatização da Eletrobrás torcem para que o novo **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco** melhore a articulação política para fazer o projeto andar. Até mesmo aliados de Michel Temer reclamam que o governo não se mobiliza nem para aprovar requerimentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: TAÍS HIRATA e DANIELLE BRANT - DE SÃO PAULO e NICOLA PAMPLONA - DO RIO****Título: Ações da Eletrobrás despencam com indicação de Moreira para ministério**

Escolha política e saída de técnicos da pasta levam à reação negativa

O mercado recebeu mal as mudanças no Ministério de Minas e Energia, cuja área técnica sofreu uma debandada desde que Moreira Franco (MDB-RJ) foi anunciado como novo chefe da pasta — em uma decisão tomada pelo governo com intuito de manter o foro privilegiado do emedebista.

Na sexta-feira (6), quando o nome de Moreira veio à tona para assumir o cargo, as ações da Eletrobrás já haviam recuado 9,17%. Nesta segunda-feira (9), voltaram a cair: as ordinárias tiveram recuo de 9,56% e, as preferenciais, de 6,74%.

As quedas refletem as renúncias do secretário-executivo, Paulo Pedrosa, na semana passada, e do presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), Luiz Barroso, nesta segunda. Junto a eles, saem assessores técnicos que integravam suas equipes — tidas como referências dentro do ministério por executivos.

Temer confirmou Moreira na pasta no domingo (8).

"Há uma percepção de que Moreira franco é menos favorável à privatização da Eletrobrás. O principal catalisador para a alta da empresa foi a privatização. Agora, isso pode demorar mais para acontecer", afirmou Eduardo Guimarães, especialista em mercado de ações da Levante.

Para Adeodato Netto, estrategista-chefe da Eleven Financial, o fato de as ações ordinárias (que têm poder de voto) terem caído mais mostra que a União, controladora da estatal, terá de provar que está disposta a "soltar a corda da empresa".

As mudanças também geraram preocupação entre executivos e analistas do setor elétrico, que temem que um desmonte da equipe técnica trave o avanço, não só da privatização da Eletrobrás, como também de mudanças regulatórias importantes.

Além disso, há um temor de que o ministério possa adquirir um foco maior no setor de óleo e gás do que em energia elétrica.

No lugar de Pedrosa, entrará o secretário de Petróleo e Gás, Márcio Felix. O posto de Barroso será assumido interinamente pelo o diretor de Estudos de Petróleo e Gás, José Mauro Ferreira Coelho.

"É importante que o ministro também nomeie pessoas com representatividade e que possam dialogar com o setor elétrico", disse o advogado Gustavo de Marchi, do Décio Freire & Associados.

Para ele, a capacidade de articulação política de Moreira pode ajudar no diálogo com o Congresso — visão defendida por associações setoriais.

"Ele [Moreira] veio da presidência do PPI [Programa de Parcerias de Investimentos], acreditamos que dará seguimento aos projetos", afirmou Nelson Leite, presidente da Abradee (associação das distribuidoras de energia).

"CONTINUIDADE"

Nomeado presidente interino da EPE, Ferreira Coelho tentou tranquilizar o mercado, afirmando que a ideia é de continuidade das ações iniciadas depois que Michel Temer assumiu a Presidência.

"Às vezes, o setor fica muito ansioso, mas é um processo de continuidade. Saem alguns nomes, mas as instituições seguem. A tendência é continuarmos a trabalhar para que todas as reformas que são importantes para o país sejam tocadas", disse.

Entre os temas em discussão, além de Eletrobrás e do marco do setor elétrico, estão novas regras do setor de gás, hoje no Congresso, e o programa Combustível Brasil, cujo objetivo é atrair investimentos em produção e logística.

Em evento no Rio, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, que também foi indicado por Temer, disse que tem um mandato a cumprir — vence em abril de 2019 — e quer concluir as medidas iniciadas em sua gestão.

"Tenho compromisso com os trabalhos na companhia", afirmou, citando mudanças gerenciais, enxugamento da companhia e o processo de venda de ativos em curso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: Seguro morreu de velho

Nas entrelinhas

As mudanças mais significativas da reforma ministerial do governo Temer foram a ida de **Moreira Franco para o Ministério de Minas e Energia** e a efetivação do general Joaquim Silva e Luna no Ministério da Defesa. O primeiro sinaliza para os investidores a intenção de levar adiante o programa de concessões do governo no setor mineral, a privatização da Eletrobras e a continuidade dos leilões de exploração de petróleo da camada pré-sal; o segundo, o ostensivo protagonismo dos militares numa conjuntura politicamente complicada, na qual o mais importante é a manutenção do calendário eleitoral, a realização de eleições sem violência e a garantia da lei e da ordem durante a campanha. As demais mudanças foram seis por meia dúzia, ou seja, na maioria dos casos, acabaram efetivados homens de confiança dos antigos ministros. Temer não agregou massa crítica na reforma.

Os investimentos estrangeiros e a tranquilidade nos quartéis são tudo o que o presidente Michel Temer precisa garantir até o fim do mandato, com a saída de Henrique Meirelles do Ministério da Fazenda (e o esgotamento do programa de reformas do governo no Congresso, por falta de base de sustentação). A economia está condenada ao “mais do mesmo”, apesar da inflação abaixo da meta e dos juros em seu menor patamar histórico, com a Selic em 6,5%. Embora

não sejam conquistas nada desprezíveis, o governo perdeu substância na reforma ministerial, a ponto de o MDB ter sido o partido que mais defecções sofreu no troca-troca partidário: 10 deputados. A opção daqui para a frente será se preparar para a eventualidade de uma terceira denúncia contra Temer, que arrasta as correntes da Operação Lava-Jato.

As viagens de Temer, Rodrigo Maia e Eunício Oliveira na sexta-feira e no sábado, porém, são sinais de normalidade política. O presidente da República estará na Cúpula das Américas; o presidente da Câmara viajará ao Panamá e o presidente do Senado, ao Japão. Com isso, a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, terceira na linha de sucessão, assumirá a Presidência da República, interinamente. As condições em que isso ocorrerá, de certa forma, dependerão da ministra. Na quarta-feira, o STF terá que lidar com a rebordosa da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois o ministro Marco Aurélio Mello pretende pôr “em mesa” para votar um novo pedido de habeas corpus em favor de Lula, na esperança de que a prisão seja revista com o voto da ministra Rosa Weber. Cármen Lúcia decidirá se o plenário apreciará ou não. Como diria Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes.

Desde a intimação para se apresentar voluntariamente à Polícia Federal, na sexta-feira passada, por determinação do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal, de Curitiba, o “jus esperneandi” do petista se tornou o maior espetáculo da Terra. Lula transformou a prisão numa produção midiática, com criação de imagens para a campanha do PT, nas quais divide a cena com candidatos do partido e seus aliados às eleições deste ano. A presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), que também está enrolada na Lava-Jato e deve se candidatar a deputada federal, comanda a “resistência” petista. Ontem, à frente dos manifestantes que protestam contra a prisão de Lula nas imediações da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, onde ele está detido, anunciou que a sede do PT será transferida para a capital paranaense enquanto o ex-presidente estiver na cadeia.

Escracho

Um balanço das manifestações mostra o isolamento político do PT e a baixa capacidade de mobilização social. O ato de São Bernardo, defronte ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, nem de longe lembrou as históricas assembleias metalúrgicas da greve de 1978, no emblemático Estádio da Vila Euclides, nas quais Lula emergiu para a história como sindicalista. Antigos aliados deram as costas ao ex-presidente, que contou com a solidariedade de corpo presente de apenas dois presidentiáveis, Manuela D’Ávila (PCdoB) e Guilherme Boulos (PSol), ambos de olho nos votos dos órfãos eleitorais de Lula. Apesar da agressividade dos protestos e da repercussão internacional, a escala de

solidariedade a Lula foi baixa, reforçando a tese de que é a competência dos advogados que deve orientar a defesa, e não o fervor ideológico petista.

A estratégia da cúpula petista agora mira as eleições proporcionais, ninguém acredita em projeto majoritário sem Lula. Essa posição é reforçada pela preocupação de construir a imagem de ex-presidente injustiçado por razões políticas. Do ponto de vista jurídico, porém, essa postura vem colecionando fracassos, pois afronta todo o Judiciário. A sessão do Supremo de amanhã pode ser a última chance de libertar Lula antes do fim do prazo de registro de candidaturas, porém, o constrangimento criado para o STF pode pôr tudo a perder.

A estratégia da cúpula petista agora mira as eleições proporcionais, ninguém acredita em projeto de poder sem Lula.

A narrativa de candidato preso por razões políticas fragiliza sua defesa

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção:

Autor: Denise Rothenburg

Título: Onde mora o perigo II

Brasília-DF

Analistas econômicos consideravam há uma semana que a presença do secretário executivo Paulo Pedrosa no **Ministério de Minas e Energia** era a segurança de que a Eletrobras seria privatizada. Pedrosa saiu. Porém, o Planalto, ao contrário do que esperavam os analistas, não devolveu o Ministério para o MDB do Senado. No entorno de Michel Temer, todos consideram que a presença do ministro Moreira Franco será suficiente para garantir a privatização. E era o único nome que não seria contestado pelos senadores do partido. À exceção, é claro, de Renan Calheiros, que continua crítico do governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner, Camila Maia e André Ramalho | De Brasília, São Paulo e Rio

Título: Debandada de técnicos no MME desagrada e aumenta a descrença sobre privatização

O mercado reagiu mal, com um tombo nas ações da Eletrobrás pelo segundo pregão consecutivo, à debandada de seus principais xodós do **Ministério de Minas e Energia** após o anúncio de Moreira Franco como novo chefe da pasta. Ontem foi a vez de Luiz Augusto Barroso, um prestigiado consultor que assumiu

o comando da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em julho de 2016, entregar sua carta de demissão.

Em uma tentativa de acalmar os investidores, Moreira definiu antes mesmo de sua posse, marcada para hoje, a promoção do engenheiro Márcio Félix Carvalho Bezerra ao cargo de secretário-executivo. O posto ficou vago na sexta-feira com a saída de Paulo Pedrosa, um dos mentores da privatização da Eletrobrás, deflagrando a primeira queda dos papéis da estatal. Em apenas dois dias, as ações ON caíram 17,85%.

Barroso e Pedrosa também atuaram juntos no desenho de reforma do setor elétrico, bem recebido pelo mercado, cujo texto já foi encaminhado à Casa Civil e ainda não tem data para seguir ao Congresso Nacional.

"Não posso fazer mais nada", retrucou Moreira, em conversa com o **Valor** ontem à tarde, ao ser questionado sobre a repercussão negativa de seu deslocamento da Secretaria-Geral para o Ministério de Minas e Energia. "Já disse que nada vai mudar e que a capitalização da Eletrobrás continua sendo a nossa grande prioridade", acrescentou, lembrando a incapacidade financeira do governo de fazer novos aportes públicos na estatal. "Ela é a cabeça do sistema e está mal das pernas."

Félix é um nome bastante respeitado no mercado. Atual secretário de Petróleo e Gás, ele foi o articulador da retomada dos leilões do setor e hoje é peça-chave das negociações sobre a revisão do contrato de cessão onerosa à Petrobras. Algumas alas chegavam a apontá-lo como alternativa para a sucessão do ex-ministro Fernando Coelho Filho. Um dos defensores era o presidente da estatal petrolífera, Pedro Parente, que endossava sua nomeação em conversas no Palácio do Planalto.

A escolha de Félix como nº 2 do ministério dá um impulso aos preparativos do megaleilão no pré-sal que o governo almeja realizar no segundo semestre. A oferta dos excedentes do petróleo cedido à Petrobras em 2010 pode render mais de R\$ 100 bilhões ao caixa da União. Cogita-se fixar um bônus de assinatura parcelado em vários anos, o que tende a melhorar a situação fiscal não só deste, mas do próximo governo.

Moreira enfatiza a intenção de organizar o certame ainda em 2018, mas rejeita o viés arrecadatório. Quer agilidade nos leilões de petróleo e usa uma comparação histórica. "A idade da pedra não acabou por falta de pedra. Temos que aproveitar essa riqueza natural enquanto é tempo."

Por outro lado, a nomeação de Félix provoca dúvidas no setor elétrico, que não identifica claramente um interlocutor claro na equipe do ministério, devido à inexperiência do novo secretário-executivo nessa área específica.

Outra fonte de incertezas é o futuro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O grupo do MDB do Senado tem articulado indicações para ocupar a vaga do diretor-geral, Romeu Rufino, cujo mandato expira em agosto.

Ainda não há confirmação, mas outras duas saídas bastante prováveis do ministério são a do secretário de Geologia e Mineração, Vicente Lôbo, e a do secretário de Energia Elétrica, Fábio Lopes Alves. Lôbo já considera sua missão cumprida. Lopes deve migrar para a presidência da Chesf no lugar de Sinval Gama, cotado para assumir uma das diretorias abertas no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., não deu sinais de seguir a onda. Ele disse que tem "mandato" a cumprir na empresa e "compromisso" com um trabalho que vem sendo feito.

"O setor elétrico ficou intranquilo com a saída do Barroso e do Pedrosa, porque são técnicos renomados e estavam tocando a pauta das reformas do setor, mas a EPE é uma instituição do Estado. Vamos dar continuidade à pauta que vinha sendo tocada", afirmou ao **Valor** o atual diretor de petróleo e gás da EPE, José Mauro Coelho, que assumiu a presidência em exercício da estatal de planejamento energético. **(Colaboraram Rodrigo Polito, Francisco Góes e Juliana Schincariol, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Eletrobrás é prioridade número 1, afirma Félix

Novo secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, o engenheiro Márcio Félix Bezerra disse que a prioridade "número 1" no cargo é a Eletrobrás. "Antes de ser engenheiro de petróleo, sou engenheiro elétrico, e acho que é preciso promover o diálogo em torno do marco do setor elétrico, para que ele possa ser votado. E a outra coisa é a Eletrobrás. O óleo e gás vai continuar sendo muito bem cuidado mas o tema número 1 é a Eletrobrás", disse. "Quem apostar em queda das ações da Eletrobrás vai perder."

Félix disse que esteve ontem com Paulo Pedrosa, seu antecessor, e que combinaram conversar nos próximos dias. "Ele vai continuar nos apoiando. Pedrosa continua no conselho de Itaipu representando a União e combinamos

de nos encontrarmos várias vezes para conversar sobre o andamento dos projetos do setor elétrico, para consolidar e concluir o trabalho dele e do ministro Fernando Coelho Filho", afirmou.

Félix procurou acalmar os temores manifestados pelas associações do setor elétrico de que vá dar mais ênfase à área de petróleo e gás, sua origem. "Quando vim para cá e fui conversar com o presidente [da Petrobras] Pedro Parente, ele me perguntou de que lado eu ficaria, se houvesse uma bola dividida entre a Petrobras e a União. Respondi que trabalhei sempre para não ter bola dividida. Mas se tiver alguma, vou trabalhar ao lado do Brasil", disse o executivo, que é funcionário licenciado da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e André Ramalho | De São Paulo e do Rio

Título: Reforma e solução de risco hidrológico devem ser adiados

Depois de uma leitura inicial negativa, especialistas e empresários do setor elétrico avaliaram que o papel de Moreira Franco como 'pai' do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) reforça sua habilidade de avançar com a privatização da Eletrobrás. Outras pautas essenciais, porém, como a solução para o problema do risco hidrológico e a reforma do setor elétrico, devem ficar comprometidas.

A nomeação de um nome político para o comando do **Ministério de Minas e Energia (MME)** foi considerada uma "surpresa negativa" no setor, que esperava um "técnico" para a pasta. "Não sendo um técnico, ele é o melhor cenário", disse uma fonte.

"O ministro Moreira Franco, por sua atuação à frente do PPI, terá condições de dar efetividade aos projetos já lançado pelo governo, no sentido de buscar a tão almejada modernização do setor elétrico", disse Gustavo De Marchi, advogado do escritório Décio Freire & Associados.

Segundo outra fonte, porém, por mais que Moreira Franco tenha iniciado o diálogo no ministério com a bandeira de privatização da Eletrobrás, será difícil a pasta se concentrar em questões importantes e relacionadas à consulta pública 33, feita ano passado e que deu origem a projeto de lei, hoje parado na Casa Civil, que altera o marco legal do setor.

Havia grande expectativa no setor elétrico de que Paulo Pedrosa, ex-secretário-executivo do MME, fosse promovido a ministro. "Agora, a motivação deixou de ser técnica ou econômica para ser política. Então, se as mudanças no setor

elétrico representarem uma perda de capital político, poderão não avançar", ponderou um executivo do setor.

"Temos a expectativa de que ele vai escalar uma equipe técnica, usar a capacidade dessa equipe e seu poder de articulação para remover entraves normativos e burocráticos", disse Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

Até agora, o único nome confirmado é o de Márcio Félix, atual secretário de Petróleo e Gás do MME, que vai passar a ocupar a secretaria-executiva da pasta no lugar de Pedrosa. "Espero que ele equilibre bem os assuntos do segmento de energia elétrica com petróleo e gás", disse Leite. "Ele [Félix] é de altíssimo nível", disse Xisto Vieira, presidente da Associação Brasileira das Geradoras Termelétricas (Abraget).

Organizações de diferentes áreas do setor elétrico já se articulam para manter o diálogo que marcou a gestão de Fernando Coelho Filho. Abraget, Abrademp (de distribuidoras de menor porte), Abrapch (de pequenas centrais hidrelétricas), Abegás (das distribuidoras de gás) e Abragel (das geradoras de energia limpa), enviaram cartas à Moreira cumprimentando pela nomeação e se oferecendo para contribuir com a formulação das mudanças necessárias. As cartas exaltam a capacidade de articulação de Moreira e sua condução do PPI.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Setor teme loteamento político na Aneel

Ao mesmo tempo em que retomou o comando do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, com a nomeação de Moreira Franco como titular da pasta, fontes no setor já comentam que o MDB assumiria também indicação da maior parte dos nomes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, o único membro da atual diretoria que deve continuar na Aneel é André Pepitone. Ele deve assumir a diretoria-geral do órgão regulador, no lugar de Romeu Rufino. O diretor Tiago Correia, que tem bom trânsito com o mercado, não deve ser reconduzido. Segundo fontes, a indicação para esta vaga está sendo influenciada pelo senador Edison Lobão (MDB-MA). E o MDB de Roraima estaria ainda articulando indicação para uma outra vaga na agência.

"A percepção do mercado é que o MDB está novamente loteando cargos para terminar o mandato", disse uma fonte que pediu para não ser identificada. O

Valor apurou que, no caso da Aneel, a percepção de muitos integrantes do setor é a de que os nomes representam notícia preocupante, especialmente porque os mandatos são de quatro anos.

Completariam a diretoria os nomes já divulgados - Rodrigo Limp Nascimento, indicado ano passado para o lugar do ex-diretor José Jurhosa, e Sandoval Feitosa Neto, que atualmente responde pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade e deve ocupar o lugar do ex-diretor Reive Barros.

Atualmente, a Aneel conta apenas com os diretores Rufino, Pepitone e Correia, o que aumenta a urgência das indicações. A reunião ordinária de hoje, por exemplo, foi cancelada por ausência de quórum mínimo para deliberação, pois são necessários no mínimo três votos para que as decisões sejam tomadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP estuda relançar ainda neste ano licitação de concessão de gasoduto no Rio

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) vê espaço para relançar o leilão do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, no Rio de Janeiro, ainda este ano, disse ao **Valor** o diretor do órgão regulador, Cesário Cecchi. Primeira tentativa do governo de emplacar um plano de concessões de gasodutos no país, o projeto acabou tendo sua licitação cancelada em 2016, devido a atrasos nos investimentos da Petrobras para trazer o gás do pré-sal para a costa.

Ontem, representantes da Petrobras e da ANP se reuniram para debater o cronograma das unidades de processamento de gás natural do Comperj - cujas obras devem ser retomadas nas próximas semanas - e do Rota 3, gasoduto submarino que escoará a produção do pré-sal até as UPGNs.

Segundo Cecchi, os encontros têm sido frequentes. A intenção é alinhar os cronogramas e licitar o Itaboraí-Guapimirim a tempo de que o duto, que conectará o gás tratado no Comperj à malha interligada, esteja operando no segundo semestre de 2020.

O diretor da ANP estima que as obras do gasoduto, de apenas 11 quilômetros de extensão, durem 18 meses, com "possibilidade significativa de redução" no cronograma. De acordo com Cecchi, a ideia, inicialmente, é abrir ainda este ano uma nova chamada pública para contratação da capacidade do duto e licitar o contrato de construção no início de 2019.

Na primeira tentativa de licitar o projeto, em 2014, apenas a Petrobras manifestou a intenção de contratar a capacidade do gasoduto, de 17 milhões de metros cúbicos diários. A ANP pretende agora, no entanto, reiniciar o processo e permitir que novas empresas façam ofertas.

"Talvez surjam novos carregadores [produtores, consumidores ou comercializadores que comprem a capacidade de transporte do gasoduto]", avalia Cecchi, em referência à mudança do cenário do mercado de gás desde que a licitação foi cancelada.

Lançada em 2014, a licitação do Itaboraí-Guapimirim foi suspensa no ano seguinte por determinação do Tribunal de Contas da União, que identificou erros no cálculo dos custos do projeto. Desde então, o leilão passou a ser levado em banho-maria no governo, diante das indefinições da Petrobras quanto aos investimentos nas UPGNs - como a Petrobras foi a única a ter manifestado interesse na contratação da capacidade do duto, o leilão se tornou dependente da definição do cronograma das unidades. Agora, com a retomada das obras das UPGNs, o projeto volta a ganhar vida.

Nas discussões do programa Gás Para Crescer, o governo sinalizou retomar com o modelo de autorização para a outorga dos gasodutos. Segundo Cecchi, no entanto, a ANP trabalha neste momento com o "marco legal existente", ou seja, com a concessão. Desde a regulamentação da Lei do Gás, que instituiu em 2010 o regime de concessões para novos gasodutos de transporte, o Itaboraí-Guapimirim foi o único projeto indicado para leilão pelo governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Cristiane Bonfanti, Andrea Jubé e Cristiano Zaia | De Brasília

Título: Temer dá posse a dez ministros e tem duas pendências a resolver

Com a posse de dez novos ministros hoje, o presidente Michel Temer está perto de completar a reforma ministerial, que foi obrigado a promover devido à saída de auxiliares que disputarão as eleições em outubro. Até a noite de ontem, as pendências eram os novos titulares da Secretaria-Geral da Presidência e do Ministério do Meio Ambiente.

Serão empossados hoje os ministros da Fazenda, do Planejamento, **de Minas e Energia**, da Educação, do Desenvolvimento Social, do Esporte, da Integração Nacional e do Turismo. Ainda serão efetivados os interinos do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Marcos Jorge de Lima, na cota do PRB, e do Trabalho, Helton Yomura, do PTB.

Até ontem à noite, Temer não havia definido o sucessor de Moreira Franco, que remanejou da Secretaria-Geral para o Ministério de Minas e Energia. Ele busca um nome de confiança, já que a pasta tem assento no quarto andar do Planalto. Há uma tentativa de contemplar a bancada do MDB de Minas Gerais, que reivindicava Minas e Energia: o mais cotado é o deputado Saraiva Felipe (MDB-MG), que não tentará a reeleição.

Em outra frente, há embates internos pela sucessão do deputado Sarney Filho no Meio Ambiente. Provisoriamente, segue no comando do ministério o secretário-executivo da pasta.

O **Valor** apurou que deputados da bancada ruralista tentam emplacar na pasta do Meio Ambiente o pesquisador Evaristo de Miranda, chefe da Embrapa Territorial, de Campinas (SP). Zequinha Sarney deixou o posto na sexta-feira para concorrer a uma vaga ao Senado pelo Maranhão.

Mas o nome do presidente da Embrapa, Maurício Lopes, também é aventado para a pasta. Se um dos dois for escolhido, seria o primeiro caso de alguém ligado ao agronegócio a ocupar tal cadeira, o que naturalmente vem causando fortes reações por parte do setor ambientalista.

"É preciso um ministro do Meio Ambiente que permita tratar a questão da sustentabilidade com o equilíbrio que ela merece, sem estar ligado a nenhuma ONG [Organização Não-Governamental]", argumenta o deputado Alceu Moreira (MDB-RS). "Sempre disse isso ao presidente Temer", reforça.

Embora haja preferência pelo nome de Evaristo, a presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Tereza Cristina (DEM-MS), garante que a bancada não fez nenhuma indicação. De outro lado, Sarney Filho gostaria de emplacar em seu lugar o deputado Evandro Gussi (PV-SP), que também é integrante da bancada do setor agropecuário, e que poderia não tentar a reeleição. Gussi foi relator na Câmara, do projeto de lei do Renovabio, que estimula a produção de biocombustíveis.

A nova equipe econômica finalmente será empossada hoje, estando confirmados os dois secretários-executivos no comando das pastas: Eduardo Guardia no Ministério da Fazenda, e Esteves Colnago no Planejamento.

Remanejado da Secretaria-Geral para o Ministério de Minas e Energia, Moreira Franco substituirá Fernando Coelho Filho, que deixou o cargo para tentar se reeleger como deputado federal pelo DEM de Pernambuco.

O médico Alberto Beltrame, atual secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Social, assumirá o lugar do deputado Osmar Terra (MDB-RS).

O secretário de Educação Básica, Rossieli Soares da Silva, será o novo ministro da Educação.

O presidente da Embratur, Vinicius Lummertz, do MDB, estará no comando do Ministério do Turismo. E o secretário nacional do Esporte, Leandro Cruz Fróes, será o novo titular da pasta.

No Ministério da Integração Nacional foi confirmado o secretário de Infraestrutura Hídrica, Antônio de Pádua Andrade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniela Fernandes | Para o Valor, de Paris

Título: Após queda no Brasil, Schneider vê retomada no país-chave da região

Os negócios da francesa Schneider Electric, especialista em gestão de energia e automação, sofreram queda "significativa" no Brasil nos últimos anos, mas agora vêm se estabilizando, afirma o CEO, Jean-Pascal Tricoire. "Ainda é muito cedo para falar sobre sinais de recuperação, mas estou bem mais sereno em relação ao Brasil", disse Tricoire ao Valor.

Os números não são divulgados, mas o "menor dinamismo" da filial brasileira, na comparação com os demais mercados, não afeta, na avaliação de Tricoire, as perspectivas das atividades no Brasil, considerado um "país-chave" e acompanhado "de perto" pelo presidente mundial.

O aumento nos preços das commodities pode favorecer novos projetos de gestão de energia nas áreas de petróleo, gás e mineração, na avaliação da companhia. O segmento de data centers tem mostrado resiliência, apesar dos percalços da economia brasileira, e deve continuar se expandindo.

"Com o consumo de dados em função da internet das coisas (IoT), mais data centers virão. Esse setor está muito bem no Brasil", destaca Tania Cosentino, presidente da Schneider Electric para a América do Sul.

A multinacional francesa, que se considera hoje uma empresa de tecnologia, iniciou na última década uma profunda transformação de suas atividades e vem acelerando, com seus produtos, softwares e soluções integradas, a convergência entre energia e o mundo digital. De acordo com Tricoire, 45% da receita global de € 24,7 bilhões já resulta de negócios ligados à internet das coisas.

"A eletricidade não é o passado e, o digital, o futuro. Os dois estão ligados para melhorar a eficiência energética", disse Tricoire em um evento sobre inovação, organizado pela Schneider Electric, em Paris, na semana passada.

Segundo o executivo, o consumo mundial de eletricidade gerado pelas tecnologias da informação (IT) é atualmente subestimado e deverá crescer anualmente 20% nos próximos anos. Outros fatores - como o anúncio feito por vários países de que a venda de carros movidos a combustíveis fósseis serão proibidas a partir, geralmente, de 2030 - contribuirão para aumentar a demanda mundial por energia elétrica.

"O mundo busca hoje mais eficiência energética e também se modernizar, mas economizando os recursos naturais e limitando as emissões de CO₂", ressalta Tricoire.

A "quarta revolução industrial" em curso, diz ele, possui dois pilares. O primeiro é a transição energética, onde o digital contribui cada vez mais para melhorar a eficiência, e a geração de energia vem se "descentralizando" com o aumento do uso de fontes renováveis. O segundo fator é a chamada Indústria 4.0, que reúne tecnologias de automação, troca de dados e sistemas como a internet das coisas.

A Schneider Electric investe há anos nesses dois "pilares". Tricoire diz que "todos os clientes do grupo estão revendo atualmente suas políticas de transição energética e digitalizando seus processos produtivos. "O mundo agora vem em nossa direção. Isso é muito promissor", afirma o CEO, acrescentando que o interesse por essas tecnologias é ainda mais forte nos países emergentes. No ano passado, o grupo realizou resultados "excelentes", com crescimento recorde do lucro líquido, de 23%.

A Schneider Electric também investe na expansão da computação de borda (edge computing), sistema que em vez de enviar todos os dados para a nuvem, efetua o processamento mais perto onde eles são gerados, em um servidor ou computador local.

Para Tricoire, após um grande movimento em direção ao cloud, a tecnologia da informação se volta hoje para a computação de borda, que permite maior reatividade. "Ninguém quer depender de comunicações com o cloud para administrar máquinas estratégicas."

A empresa acaba de inaugurar na França uma fábrica de contadores totalmente digitalizada e automatizada, considerada sua "vitrine do futuro". "Todas as unidades do grupo no mundo vão incorporar tecnologias digitais, como

segurança de máquinas ou controle de ativos", afirma a presidente para a América do Sul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cartel em energia

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou a condenação de sete empresas e 21 pessoas por formação de cartel na comercialização de equipamentos usados em redes de transmissão e distribuição de energia no Brasil. O parecer da Superintendência-Geral indicou que a atividade ilegal ocorreu por mais de uma década, a partir de meados de 1990. As empresas envolvidas se coordenaram para dividir o mercado e fixar preços de venda dos produtos. Os participantes teriam desenvolvido regras sofisticadas para alocação de projetos relacionados a concorrências públicas e privadas para aquisição dos produtos elétricos. Segundo o Cade, participaram do cartel as principais fabricantes ao setor elétrico

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Camila Maia | De São Paulo

Título: Caso CPFL definirá poder da CVM em OPA

O desfecho da disputa entre a chinesa State Grid, nova controladora do Grupo CPFL, e os minoritários da subsidiária CPFL Renováveis é iminente. Há duas semanas, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deu início à análise do caso, mas a decisão foi adiada e a discussão pode ser retomada a qualquer momento.

Ao definir o resultado dessa contenda, a xerife vai deixar claro aos participantes do mercado de capitais seus próprios poderes e limites. E também tornará mais sólida a jurisprudência sobre alienações indiretas de controle e seus desdobramentos. Há muito mais em jogo, portanto, do que as condições da oferta pública (OPA) para compra das ações dos minoritários da Renováveis, obrigatória em razão da aquisição da controladora CPFL Energia pela State Grid.

Com a estratégia adotada, a State Grid transformou a disputa em um desafio à CVM quanto seu mandato legal como reguladora, conforme apontam os documentos do caso obtidos pelo **Valor**.

Estatual chinesa de energia não convenceu área técnica sobre oferta a minoritários da CPFL Renováveis

A estatal chinesa levou recurso ao colegiado da CVM contra a decisão da área técnica da casa, que determinou que o preço da OPA da Renováveis seja revisto para, no mínimo, R\$ 16,69. O caso teve início após solicitação de atuação do regulador por parte de minoritários da companhia de energia renováveis que discordaram do preço oferecido, de R\$ 12,20.

Enquanto o debate esteve na Superintendência de Registro (SRE) da CVM, a State Grid fundamentou a defesa do valor que propôs em dois argumentos centrais: a presença, no contrato de compra do Grupo CPFL, do valor atribuído à Renováveis, e em um cálculo proporcional de Ebitda da subsidiária, dentro do total da transação.

Ao recorrer ao colegiado, a gigante chinesa buscou argumentar que a área técnica da CVM teria ido "muito além" do seu papel legal ao sugerir valores, "adotando uma posição que cria grande instabilidade no mercado, viola precedentes relevantes e desconstrói o quadro regulatório definido de forma diligente e deliberada pelo colegiado da CVM ao longo dos anos."

A State Grid afirma, no processo, que a mensagem passada é que a Superintendência de Registro de Valores Mobiliários (SRE) da CVM "pode querer definir preços mínimos em ofertas semelhantes".

A Lei das Sociedades por Ações, em casos de alienação de controle de companhia, assegura que minoritários de ações ordinárias tenham direito ao equivalente a 80% do valor por ação recebido pelo controlador na venda. Esse percentual sobe para 100% em companhias listadas no Novo Mercado.

Enquanto os valores de ofertas a minoritários derivadas de alienação direta de controle são simples de aferição, os preços das ofertas indiretas dependem que a CVM os avalie. Nessas situações, o ofertante deve apresentar uma demonstração justificada do cálculo para o preço oferecido. À CVM cabe avaliar as explicações e verificar se asseguram o cumprimento da lei: a extensão ao minoritário do prêmio de controle da transação.

Após extensa discussão com o grupo chinês, a área técnica da CVM não se sentiu satisfeita com as justificativas e buscou formas para ela própria testar o que foi oferecido - R\$ 12,20 por ação.

Os diversos parâmetros usados pelo regulador apontaram valores substancialmente maiores ao ofertado ao mercado pela State Grid. Foi encontrado um intervalo de R\$ 16,69 a R\$ 20,48 por ação. Daí a decisão de

determinar que a chinesa eleve a oferta e estabelecer o piso (o menor valor encontrado).

Em resposta ao novo recurso da State Grid, a SRE afirma que atuou dentro da competência delegada à CVM, ao realizar testes de consistência da justificada de preços.

No contrato da State Grid em que está previsto o valor atribuído à Renováveis, a vendedora Camargo Corrêa adicionou uma cláusula na qual se exime de qualquer passivo na determinação de valor da subsidiária na oferta - ou seja, caso não prevaleça o documento.

A decisão da SRE, se cumprida pelo valor mínimo citado, equivaleria a um gasto adicional de pouco mais de R\$ 1 bilhão pela State Grid com a Renováveis, em relação aos R\$ 3 bilhões inicialmente previstos. A compra da CPFL Energia - controle e mercado - totalizou um investimento de R\$ 26 bilhões.

Como a Camargo Corrêa não tinha participação direta na Renováveis, a área técnica afirma que estava em situação de conflito de interesses para definir seu valor. De acordo com a SRE, estabelecer preço menor era interessante tanto para ela, que receberia mais pelo controle da CPFL Energia, quanto para a State Grid, que teria um gasto menor na OPA. Tal conflito, diz a SRE, "reforça ainda mais a importância da demonstração justificada de preços e do papel da CVM no processo de registro da OPA".

Com base em parecer da ex-presidente da autarquia Maria Helena Santana, a State Grid alega que a CVM só deveria intervir em casos de evidência de fraude ou se os métodos utilizados para calcular os preços forem "exóticos". A chinesa defende que descartar preços contratualmente estabelecidos significaria desconsiderar "qualquer preço, passado ou futuro, acordado e devidamente estabelecido em contratos de compra e venda de ações, já que uma proteção geral para os vendedores por passivos relacionados a eventos que ocorram após a data de fechamento é uma prática padrão das negociações de fusões e aquisições".

A chinesa tenta usar em sua defesa que a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) era acionista da CPFL Energia, participante do bloco controlador com 29,5% do negócio, e minoritária na Renováveis, com 6,4% do capital. Sobre esse ponto, a área técnica é enfática ao defender que a diferença das participações faz com que a Previ não possa mudar a situação do conflito. "A cada R\$ 1 milhão a mais atribuído pela ofertante à CPFL Energia e, conseqüentemente, a menos à Renováveis, a Previ se apropriaria de 29,5% e deixaria de ganhar apenas 6,4%".

A Stat Grid não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Camila Maia | De São Paulo

Título: Ex-diretor diz que é dever da autarquia rever cálculo

O ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Marcos Barbosa Pinto defendeu, em parecer aos minoritários da CPFL Renováveis, os poderes da xerife do mercado de capitais na concessão do registro de ofertas e também na definição de parâmetros e até valores dessas operações. Após a decisão da superintendência de registro que apontou preço mínimo para a oferta a ser lançada pela State Grid, houve polêmica no mercado quanto à atuação da autarquia.

"Simplesmente indeferir o pedido de registro sem indicar um preço que atenda aos requisitos legais seria incompatível com a boa-fé exigida da administração pública", escreve ele.

Como em casos de ofertas por alienação indireta de controle cabe à CVM verificar se o preço da OPA corresponde ao preço pago ao controlador, não há, para a autarquia, "outra alternativa que não se envolver num complexo exercício de avaliação relativa de ativos." Ele reforça que não se trata de um poder da CVM, mas de um dever. "As competências legais da CVM não são propriamente poderes mas sim poderes-deveres".

A autarquia, segundo ele, não tem obrigação de acatar os cálculos do ofertante, mas de verificar se atendem ou não aos requisitos legais. "Qualquer entendimento contrário seria ilegal, pois a CVM não pode abrir mão de poderes conferidos por lei".

Quanto à discussão de preço no caso da Renováveis, Barbosa Pinto sentencia: "O preço atribuído no contrato [R\$ 12,20 por ação da CPFL Renováveis] deve ser desconsiderado, pois existem evidências de que ele não foi objeto de negociação entre as partes e, sim, fixado unilateralmente pelo comprador para fins de oferta pública". Também argumenta que a metodologia de proporção de Ebitda sugerida pela State Grid deve ser descartada - "não foi empregada na precificação da alienação de controle e padece de graves erros técnicos".

Barbosa Pinto afirma que a jurisprudência da CVM para situações de alienação indireta de controle converge para o uso, sempre que possível, do mesmo critério utilizado pelo comprador na negociação. "A própria State Grid revelou à

CVM que utilizou o valor de mercado das ações da CPFL como referência em suas negociações com o vendedor", afirma ele em parecer.

A adoção desse critério é exatamente o que pedem os minoritários da Renováveis. Por esse parâmetro, o valor por ação para a OPA seria de R\$ 16,74.

Conforme avaliação do ex-diretor, "apesar da liquidez reduzida das ações da Renováveis, o resultado da aplicação do critério de valor de mercado é consistente com o resultado de outros critérios adotados pela CVM, o que indica sua correção".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Norsk Hydro critica autoridades com base em novo laudo

O grupo norueguês Norsk Hydro iniciou oficialmente uma queda de braço contra as autoridades que a acusam de ter contaminado solos e águas próximas à Alunorte, refinaria de alumina localizada em Barcarena (PA). A empresa abriu uma ofensiva contra o Instituto Evandro Chagas (IEC), do Ministério da Saúde, e o Ministério Público, para provar que não houve vazamento ou transbordo de rejeitos de sua operação e poder voltar a produzir 100% da capacidade.

Há seis semanas que a Alunorte está obrigada a funcionar com 50% de ocupação, ainda sob suspeita de ter despejado contaminantes fora da unidade industrial. Segundo o vice-presidente interino de bauxita e alumina da Hydro, Eivind Kallevik, o grupo é bastante dependente das operações e está fazendo o máximo possível para voltar a plena carga. Ao **Valor**, o executivo disse que ainda "não está claro" o que precisa ser feito para as atividades voltarem à normalidade.

Até agora, garantiu, as atividades da Albras, unidade de produção do alumínio primário a partir da alumina da Alunorte, seguem a plena capacidade.

Ontem, a companhia apresentou, em conjunto com a consultoria ambiental SGW Services os resultados de suas próprias análises e garantiu não ter havido transbordo ou vazamento. Ao menos, não de uma maneira sistemática ou danosa ao meio ambiente. Em entrevista coletiva realizada em Belém, também aproveitou para publicizar suas críticas aos laudos do IEC.

O resultado da auditoria contrasta com o do instituto. Relatório técnico detectou a presença de diversos contaminantes - entre eles, arsênio, cromo, mercúrio, urânio, níquel e chumbo - nos efluentes e adjacências da refinaria.

Segundo o IEC, há evidência de transbordo, de vazamentos contínuos de efluentes e de risco para os ecossistemas.

O resultado da auditoria contratada pela grupo norueguês contrasta com laudo do Instituto Evandro Chagas

Hydro e SGW questionam esses estudos - um dos argumentos é a falta de certificação do Inmetro à entidade, ligada ao Ministério da Saúde. "Respeitamos muito o Evandro Chagas, sua história e qualidade, mas discordamos dos resultados desses relatórios", disse Kallevik na coletiva. Segundo Andrea Aluani, sócia-diretora da SGW, há "uma série de erros" nos estudos, entre eles por exemplo uma ausência de controle de qualidade.

O IEC responde que não é razoável considerar apenas análises certificadas pelo Inmetro ou equivalentes de outros países. "A tentativa de desqualificar a ciência produzida pelo IEC é também uma tentativa de desqualificar a ciência brasileira", rebateu, em nota. Para o instituto, a análise feita pela força-tarefa interna da companhia e "relatórios privados encomendados" não invalidam os seus próprios, que atestaram irregularidade na Alunorte.

Essa discordância é a origem da desistência de negociações para um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Uma fonte ligada ao MPF no Pará disse que as conversas foram abandonadas porque a empresa se recusa a aceitar os laudos. "Ficou claro que eles não tinham a intenção de assinar o termo", afirmou, em condição de anonimato.

Em nota, o MPF disse ter "certeza" de que a refinaria da Hydro despeja efluentes sem tratamento "reiterada e rotineiramente" no rio Pará. "Esta conduta, que inclusive foi confessada, gera impactos bastante graves."

Kallevik, da Hydro, ressalta que a situação tem grandes consequências para todos os envolvidos - empresa, sindicatos, comunidades e mercados de alumínio. "O Ministério Público decidiu sair da mesa de negociação e entramos com ação judicial pedindo que ele volte a conversar", afirmou. Outra exigência no processo seria a nomeação de um terceiro independente para revisar os laudos do IEC.

Na coletiva, a companhia também explicou outras medidas a serem tomadas. Vai investir R\$ 100 milhões em dez anos para financiar iniciativas sociais em Barcarena - "Iniciativa Barcarena Sustentável" -, que sejam tocadas pelo poder público e a sociedade. Também gastará R\$ 200 milhões para elevar em 50% a capacidade de tratamento de efluentes, frente aos 9.950 metros cúbicos por hora atuais, e o armazenamento, em 150%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo****Título: Comunidades do entorno das indústrias têm altos níveis de metais pesados**

Moradores de 14 comunidades da região de Barcarena, no Pará, têm vestígios de chumbo nos cabelos muito acima dos limites máximos considerados aceitáveis por estudiosos do tema. O mesmo acontece com as concentrações de alumínio, ferro, manganês, níquel, estrôncio e zinco, o que indica contaminação por metais pesados de pessoas que vivem próximas ao distrito industrial de Barcarena.

Os dados fazem parte de um estudo conduzido pela química Simone de Fátima Pinheiro Pereira, coordenadora do Laboratório de Química Analítica e Ambiental (Laquanam) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho foi feito a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

"Os resultados são preocupantes", adianta o procurador da República Bruno Valente, responsável no MPF pela área ambiental do Pará por seis anos, até 2016.

Os pesquisadores compararam os resultados com análises de cabelos de moradores de Altamira, também no Pará, mas que não vivem próximos a indústrias. Usou-se também como referência um estudo que analisou fios de cabelo de 1775 moradores da área urbana do Rio de Janeiro, feito por pesquisadores do Departamento de Química da PUC do Rio.

Moradores de Barcarena têm vestígios de chumbo, que é cancerígeno, em níveis quase três vezes superiores aos de Altamira ou do Rio. No caso do alumínio, que é tóxico, as concentrações são 30 vezes acima. "Na geoquímica da Amazônia não tem chumbo", diz Fátima Pereira. "O cabelo é uma matriz que indica contaminação passada. A presença de chumbo mostra que ele estava no corpo da pessoa, mas não é possível dizer quanto chumbo ficou dentro do organismo", continua a cientista, que estuda poluentes na região há 20 anos.

Há alguns anos, o grupo de pesquisas da UFPA concluiu outro estudo, que analisava a presença de metais pesados nas águas consumidas pelas comunidades do entorno do distrito industrial. Foram feitas análises em águas de poço, encanada, dos rios. "Das 26 comunidades que avaliamos, 24 têm níveis altos de chumbo", diz Simone. "O chumbo está lá, no lençol freático, nos poços, no rio. Está circulando. E isso é muito grave, porque chumbo dá câncer", diz ela.

Simone Pereira diz não poder atestar a procedência dos elementos contaminantes. Ela conta que tentou algumas vezes examinar os efluentes dentro das instalações da Alunorte, mas não conseguiu. "Encontramos resistência. O nosso sentimento é que isso tem que ser transparente. Não somos lixeira do mundo, somos Amazônia. Estes rios são importantíssimos para milhares de pessoas", continua.

Criado na década de 80, distrito industrial de Barcarena abriga 90 empresas, com destaque para alumínio e caulim

"Não temos nada contra as indústrias. Mas somos contra práticas erradas das empresas e dos órgãos que não cobram delas o que deveriam", registra. "Sou uma cientista. Gostaria imensamente que o chumbo não tivesse aparecido, mas aparece em todos os meus estudos. De onde vem, eu não sei. Como não me deixam analisar dentro da fábrica, também não posso garantir que não é de lá", segue.

O polo industrial de Barcarena tem 90 empresas distribuídas em 3.000 hectares. É em Barcarena que se faz a industrialização, o beneficiamento e que se exporta caulim, alumina, alumínio e cabos de transmissão de energia elétrica. Em Barcarena está o importante Porto de Vila do Conde, principal porto público do Pará.

O distrito industrial de Barcarena, criado na década de 80, não tem licenciamento ambiental integrado. Isso está previsto nos anexos da resolução Conama 237/1997. Em outubro de 2016 o governo estadual assinou um acordo com o MP federal e estadual comprometendo-se com isso. O processo está em andamento.

Em resposta a questionamento do **Valor**, a assessoria de imprensa da Hydro disse "estar ciente" do estudo coordenado por Simone Pereira. Não esclareceu porque não se permitiu que a pesquisadora tornasse públicas as análises que eventualmente coletaria na Alunorte. A assessoria acrescentou que a empresa está "revendo completamente as metodologias utilizadas e as conclusões alcançadas."

A assessoria de imprensa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade informou que o monitoramento das águas da região de Barcarena é feita pela Secretaria Estadual de Saúde (Sespa). A Sespa, por seu turno, também não concedeu entrevista.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Rocha e Renato Rostás | De São Paulo****Título: Posição de Barcarena em saneamento é uma das piores do país, diz Abes**

A contaminação ou não dos rios e solos é apenas uma parte dos problemas enfrentados por Barcarena. Ranking da Abes, associação de engenheiros de saneamento, colocou o município como o pior do país - entre os com mais de 100 mil habitantes - em universalização de água e esgoto.

Desde 2014, a concessão está concedida à Águas de São Francisco, da Aegea - uma das principais operadoras privadas do setor. Renato Medicis, presidente da empresa, diz que a geografia da região dificulta uma operação centralizada, com represa, estação de tratamento e rede de distribuição. Dessa forma, existem 22 poços profundos de captação de água.

Segundo o executivo, hoje a cobertura de água na zona urbana é de 52% - o dobro do registrado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e base para o ranking da Abes. A situação era calamitosa: o município obteve 87,2 pontos. O penúltimo colocado, Porto Velho (RO), teve 136,49. O líder foi Piracicaba (SP), com 499,9 pontos.

Não é por falta de recursos que as condições são adversas. Em 2017, Barcarena teve superávit primário de R\$ 43,5 milhões, ante déficit de R\$ 6,5 milhões do ano anterior. Apesar de as receitas terem subido 20%, para R\$ 359,7 milhões - principalmente por conta do repasse de R\$ 94,3 milhões do ICMS paraense -, os investimentos cresceram 9,5%, para R\$ 25,2 milhões.

A rede está preparada para fornecer água tratada para metade da população da cidade, mas nem todos os possíveis beneficiados estão conectados. Parte da população local ainda capta água a partir de poços artesianos, mais rasos e suscetíveis à contaminação. "Tenho disponibilidade de 52% de cobertura, 15 mil residências, mas só tenho conectadas 9,4 mil. Esse é o grande desafio, apresentar o valor da água tratada", afirma Medicis.

A expectativa de investimentos da Águas de São Francisco nos próximos 30 anos é de R\$ 190 milhões. O contrato prevê que a zona urbana da cidade conte com acesso universal à água tratada em 2021 e de coleta e tratamento de esgotos em 2037.

Barcarena tem uma média de 180 internações médicas por doenças causadas pela falta de saneamento, a cada 100 mil habitantes. Para efeito de

comparação, Franca, das melhores colocadas no ranking, tem 10 internações a cada 100 mil habitantes.

Roberval Tavares, presidente da Abes, aponta omissão do poder público. "Saneamento não é tratado no Brasil como prioridade de Estado. Depende da prioridade do governante de ocasião", diz. Para ele, carece de linhas de financiamento e profissionalização da gestão pública e privada.

Procurado, o prefeito de Barcarena, Antônio Carlos Vilaça, não respondeu aos questionamentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Brasil defende etanol na União Europeia

O Brasil e outros países produtores de etanol vão defender a importância do produto numa conferência sobre o papel de biocombustíveis na descarbonização do transporte na Europa, nesta terça e quarta-feira em Bruxelas. Organizada pela Comissão Europeia e outras instituições internacionais, a conferência ocorre num momento crucial, antecedendo a fase final de negociações entre os europeus sobre a nova diretiva que vai regular o mercado de energia renovável na Europa de 2020 a 2030.

A primeira diretiva, de 2009, procurou promover os biocombustíveis para descarbonização no setor de transportes. Mas a União Europeia começou a mudar essa posição em 2016 com uma nova proposta de diretiva para limitar a parte de biocombustíveis convencionais nos transportes a um máximo de 7% em 2021 para 3,8% em 2030. Ao mesmo tempo, defende a obrigação de aumentar a 6,8% em 2030 a parte de outros carburantes com fracas emissões, como eletricidade renovável e biocombustíveis avançados nos transportes.

O debate tem sido grande na Europa sobre a possibilidade de limitação do uso dos chamados "biocombustíveis convencionais", ou de primeira geração, como o do Brasil. Além das críticas envolvendo o debate "alimentos contra combustível", as preocupações têm sido sobre emissões de gases de efeito estufa decorrentes de mudanças indiretas no uso da terra (ILUC, em inglês).

Mas o Brasil, que lançou recentemente a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), e outros produtores contestam os cálculos feitos sobre o ILUC. E querem promover os biocombustíveis tomando como base não a matéria-prima com a qual são produzidos, e sim sua pegada de carbono.

A avaliação entre observadores é de que a Europa começou a ficar na contramão do que tem sido feito no mundo, ao querer limitar o biocombustível de primeira geração, sem considerar sua importância na redução de emissões.

Um relatório da Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena), que tem mais de 150 países-membros, defende que todas as formas de renováveis em transportes serão necessárias para que a UE alcance seus objetivos de descarbonização no longo prazo.

Dentro da UE, a área de clima quer estar na vanguarda do combate à mudança climática, enquanto a de energia foca principalmente nos transportes e aposta na expansão futura de veículos elétricos. Ocorre que a UE tem mais de 256 milhões de carros, com troca anual de 14 milhões na média por novos carros. A expectativa de Bruxelas é de que 30% dos novos carros serão elétricos em 2030.

Apesar do discurso ambiental da UE, o que pesa no fim do jogo é o comércio. Basta ver que a tarifa de importação de etanol brasileiro é de € 0,19 por litro, comparado a zero para o petróleo cru e 4,7% para o refinado. Além disso, a transição energética na Europa está relacionada à oportunidade de desenvolvimento industrial e tecnológico. E os europeus querem investir mais onde podem ter maior impacto para suas indústrias. Para analistas, os debates na Europa estão muito ideologizados, com preconceito com relação ao uso de biocombustíveis, e desconsideram experiências positivas em lugares como o Brasil, Canadá e o Estado da Califórnia.

Por isso, o evento reúne participantes de terceiros países para comentar essas experiências e, eventualmente, influenciar na negociação entre a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu na definição da nova diretiva. E isso tendo como base conciliar preocupações com sustentabilidade dos combustíveis com a necessidade de soluções para descarbonização dos transportes no curto prazo.

MME / ASCOM .